

- XI -

PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZAÇÕES INICIAIS

Dayana de Oliveira Arruda (UFMS/CAPES)
dayanaarruda@gmail.com

Este estudo pontua algumas incursões analíticas pela possibilidade de outros olhares e interfaces, no que tange aos constitutivos processos de exclusões e marginalizações como jogos de verdade que atravessam a complexidade de sujeitos, políticas e, em especial, as práticas na educação de jovens e adultos, pela conformação de arranjos institucionais que organizam e adequam relações de saberes e de poderes.

As considerações e reflexões alinhavadas¹⁰ enquanto problematizações iniciais, suscitam descontinuidades na apreensão de acontecimentos, objetos ou fenômenos a partir dos referenciais foucaultianos – aqui utilizados na perspectiva de instrumentais teóricos e metodológicos, tensionando regularidades e racionalidades de discursos e práticas pedagógicas, pelas dinâmicas das categorias de tempo e espaço.

Aparato extensivo, em permanente modificação e aprimoramento, campo de saberes e de poderes em suas respectivas atribuições e lógicas requeridas pelo corpo social, a instituição escolar coaduna operatividades que explicitam formas de controle e disciplinamento em detrimento dos sujeitos que resguarda, por mecanismos de seleção e classificação, ajustados por diferentes demandas, urgências e necessidades sempre transitórias, visando níveis de docilidades possíveis.

¹⁰ Subsídios teóricos constitutivos do estudo em andamento intitulado “Efeitos da educação de jovens e adultos: discursos e práticas como jogos de verdade”, que abarca como um de seus objetivos, identificar desdobramentos e implicações do complexo jogo de sentidos e expectativas traçadas por egressos desta modalidade, de uma Escola da Rede Estadual de Ensino, localizada no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul; vinculado à Linha de Pesquisa “Educação, Cultura, Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Doutorado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS), sob orientação do Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, e ao Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/UFMS).

Exercícios continuamente (re)configurados em face de processos históricos e sociais, atinentes a propósitos e interesses unilaterais que delinham a materialidade de normas e dispositivos pedagógicos, características que conformam a instituição em seus diferentes cenários, premissas e finalidades, como “[...] espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas e doutrinas.” (OSÓRIO, 2010, p. 101).

São engrenagens de ortopedias políticas e pedagógicas, estruturadas e traduzidas em atribuições que legitimam e reproduzem sob os discursos da inclusão, eminentes e ao mesmo tempo singulares distorções sociais no bojo de suas práticas efetivas, sobretudo quando arranjadas em orientações e pressupostos que forjam políticas, iniciativas concretas e práticas e dinâmicas da educação de jovens e adultos.

Regulada por princípios contidos no arcabouço dos direitos constitucionais, a mencionada modalidade educacional abarca um conjunto multifacetado de operações alinhavadas em estratégias formais e não formais de acesso, permanência e conclusão da educação básica em diferentes tempos, espaços e circunstâncias, pela correção de sujeitos em desajustes sociais e individuais, que por sua vez ultrapassam os limites e pretensões da escolarização. (MACHADO, 2016).

O Censo Escolar de 2018 (INEP, 2019), indicou 3,5 milhões de matrículas na educação de jovens e adultos no País; 1,5% a menos que o ano de 2017. Em âmbito regional, considerando a redução de 4.621 em referência ao ano anterior, Mato Grosso do Sul registrou 25.114 matrículas nessa modalidade em 2018, distribuídas em nível de ensino fundamental e, majoritariamente, em nível de ensino médio, nas 111 escolas que ofertaram escolarização a pessoas jovens e adultas ainda no ano de 2018, mantidas pela Rede Estadual de Ensino. (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Parcelas significativas da população para as quais a distorção idade/série corresponde ao marcador em evidência no que tange a processos regulares de formação escolar, fixados pelas normativas vigentes – ensejo propício à verificação, registro e regulação de uma gama de (outros) desajustes e anormalidades, condições complexas de exclusão e inclusão que circunscrevem os sujeitos como objetos de controle e escopo de práticas refletidas de governo.

São elementos substanciais que para Foucault (2008) exprimem uma certa racionalidade do Estado, identificada pela governamentalidade, organizada e dirigida por estratégias e intervenções mobilizadas por saberes e poderes institucionalizados. Maneiras eficazes de orientar e principalmente, conduzir problemáticas e contingências de ordem

coletiva e individual, operacionalizadas por intermédio de políticas públicas, ações e serviços correlatos.

Diante disto, vislumbramos o arranjo de normativas que implicam ajustes e adequações das instituições escolares em função da considerada necessária e tida como compensatória oferta da educação de jovens e adultos, alinhavada no rol de ações, programas e projetos fragmentados, descontínuos e instáveis que no entanto, emergem como resolutivos e redutores de um dos copiosos males sociais – a falta de escolarização.

Constituída sob o prisma da correção individual e social que extrapola os limites do alcance da escolaridade, a educação de jovens e adultos forjada pela institucionalização, bem como os diferentes sujeitos que por ela transitam, suas trajetórias e singularidades – circunscreve processos históricos e sociais cujas marcas são de reiteradas estratégias segmentadas, marginalizações e exclusões. (PAIVA, 2015).

Diante disto, o arranjo das instituições escolares, ao passo em que possibilita o acesso à escolarização por sujeitos que já se encontram em condições desfavorecidas e em desvantagem sobretudo de ordem econômica, cultural e social, preserva e perpetua diferenciações e distâncias no que tange a trajetórias escolares em plenos (des)compassos, no limiar entre sucessos, fracassos e a necessidade de escolarização.

Ao ratificar determinados valores e pressupostos constitutivos de grupos e classes dominantes, seus valores, culturas e princípios como universais e autênticos em vistas a uma continuidade perene dos mesmos, “[...] o sistema de ensino amplamente aberto a todos e, no entanto, reservado a alguns [...] se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social.” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2007, p. 223).

Portanto, compete à instituição escolar, nesta perspectiva, e em face dos jovens e adultos que ela produz, classificar, agrupar e ininterruptamente controlar sob o mote da distorção idade/série, utilizando de estratégias e mecanismos que visam sobremaneira, regularizar e corrigir distorções expressas de modo subjetivo e material em todas as dimensões e traços de suas respectivas existências.

À guisa de considerações, este texto figura como exercício analítico provocativo, cujas pretensões versam sobre necessários aprofundamentos em função da emergência de problematizações, que possibilite transgressões como via de outros entendimentos de uma mesma realidade sempre institucional, cujas implicações, efeitos e verdades estão em constantes movimentos e transformações.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. Trad. Magali de Castro. *In*: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 217-227.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar 2018: principais resultados**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos: após 20 anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/687/706>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Projetos e Programas: censo escolar 2018**. Campo Grande, 2018. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2018/06/PROGRAMAS-E-PROJETOS-2018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. *In*: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Oeste, 2010. p. 95-133.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.